



Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba

Ata da 111ª Reunião Ordinária do Comitê do Lago Guaíba	Data: 20 de março de 2018
	Horário: 14h00min
	Local: Auditório Prof Dr Rui Manuel Cruse - IFRS
Presidida por: Manuel Salvaterra e Paulo Germano	Secretariada por: Kelli Nascimento Andrade
Membros: Paulo Cesar Cardoso Germano - CORSAN; Antonio Carlos Pedreira - PREFEITURA DE GUAÍBA; Carlos Fabiano Alteneta Garss – DMAE; Adriano Skrebsky Reinheimer - DMAE; Eduardo Fleck – DMLU; Ivo L S Filho – SINDICATO RURAL DE GUAÍBA; Sandro Alex de Almeida – AGABRITAS; Laercio Thadeu P da Silva - SINDAREIA; Israel Barcelos de Abreu – FEVERS; Eduíno de Mattos - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA 10 DE JUNHO; Lothar Adalberto Markus - ACOMBA; Edna Yara Salgado – ACOMBA; João da Silveira Torres – ROTARY CLUB; Suzana Medianeira Lunardi – EMATER; Elisabeth I F Krieger – IFRS; Kathia Vasconcellos Monteiro – INSTITUTO AUGUSTO CARNEIRO; Gelcira Teles – Mira Serra; Ilgo Koppling – APTA; Manuel Salvaterra - APEQ/RS; Ana Elizabeth Carara – ABES-RS; Ana L P F Cruz – SINDIÁGUA; Ricardo M Kroeff – SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E IRRIGAÇÃO; Rafael Volquind – SEMA/RS e Fepam; Adriano Schorr - CPRM.	
Convidados: Julia C M C Martins – IFRS/POA; Raiza Schuster – DRH/SEMA; Arthur Fraga – IFRS/POA; Simone C Kapusta – IFRS/POA; Matheus da Silva – IFRS/POA; Itapuã Cardoso – IFRS/POA; Ivam Zanette – AGABRITAS; Shirley D Nielsen – COMITÊ BAIXO JACUÍ; Alex Lamas – Vigilância POA; Camila Machado – COCA COLA FEMSA; Rodrigo Oliveira - COCA COLA FEMSA; Aline Hente – IFRS/POA; César A S Araújo – PM Viamão.	

1 Aos vinte dias do mês de março de 2018, às 14h00min, ocorreu a 111ª Reunião Ordinária do
2 Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba, no Auditório Professor
3 Doutor Rui Manuel Cruse, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS,
4 localizado na Rua Coronel Vicente, 281 - Centro Histórico, Porto Alegre – RS, com a pauta:

- 5
- 6 • **Expediente/Comunicados;**
- 7 • **Aprovação da Ata da 110ª Reunião Ordinária, ocorrida no IFRS/POA em 21/11/17;**
- 8 • **Deliberação sobre a Resolução nº 230/2017 do CRH, que regulamenta os critérios**
9 **para distribuição das vagas na composição dos Comitês e estabelece normas para a**
10 **habilitação e o exercício da representação;**
- 11 • **Palestra sobre Gestão de Resíduos Sólidos do Hospital Moinhos de Vento;**
- 12 • **Apresentação da determinação oficial dos limites Norte da Bacia do Lago Guaíba e**
13 **Sul da Bacia do Baixo Jacuí;**
- 14 • **Discussão da Consulta Pública: PROJETO DE LEI DO SENADO nº 495 de 2017: altera**
15 **a**
16 **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para introduzir os mercados de água como**
17 **instrumento destinado a promover alocação mais eficiente dos recursos hídricos;**
- 18 • **Cronograma eleitoral para Gestão 2018-2020;**
- 19 • **Assuntos gerais.**

20 O Presidente Manuel Salvaterra iniciou a reunião agradecendo à Professora Elisabeth Krieger
21 pelo apoio na negociação com o IFRS/POA para reserva do Auditório, reiterou a pauta e
22 passou a palavra para a Secretária Executiva Kelli Andrade para leitura do
23 **Expediente/Comunicados**. A Secretária relatou todas as tratativas ocorridas no período
24 desde a última reunião ordinária: e-mail recebido da Secretária Executiva do Fundo Estadual

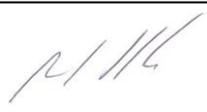
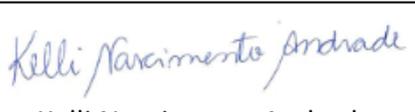
Água: recurso precioso e finito

25 de Recursos Hídricos (SE-FRH) informando sobre o Guia de Arrecadação/saldos Convênios,
26 criado pela Secretaria da Fazenda, que em virtude da prorrogação das entregas das
27 prestações de contas e vigências, não demandará novas devoluções a curto prazo,
28 ressaltando que não cairá no Caixa Único e sim direto na conta do FRH. Segundo ela, isso
29 dará transparência e segurança para a DIFIN e a CAGE, por exemplo, contabilizarem os
30 ingressos identificando a origem dos recursos, que a conta do FRH não será mais referência
31 para depósitos de saldos ou glosas, que utilizaram esse mecanismo até então para garantir
32 que o recurso voltasse diretamente para a conta do FRH enquanto ingresso; e-mail recebido
33 da SE-FRH sobre Apostilamento, mecanismo que permite que as despesas tenham seus
34 valores remanejados conforme a necessidade (devidamente justificada e entre despesas
35 existentes). Mais rápido que o aditivo e se bem justificado é validado oficialmente pela
36 SEMA/Secretaria Executiva do FRH para a sua execução, sem a necessidade de encaminhar
37 para Assjur/CAGE/Casa Civil como ocorre com o aditivo; Ofício do Comitê (001/2018)
38 encaminhado ao Secretário Estadual de Saúde recomendando a participação de seus
39 representantes no Fórum Mundial da Água; Declaração de viabilidade recebida do IFRS
40 informando as condições físicas do Auditório e as recomendações para uso do espaço;
41 Convocação para a 94ª RO do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH), ocorrida em
42 14/03/18, sem relatos, pois a Diretoria não esteve presente; Solicitação via e-mail, da
43 Geógrafa Sumire Hinata, de reunião com o Presidente Manuel Salvaterra, para apresentar
44 projeto de dragagem da hidrovia da CMPC em Guaíba e consultá-lo como representante do
45 Comitê, em relação às suas percepções. O Presidente relatou que colocou a reunião do
46 Comitê à disposição para que ela apresentasse o projeto e que a mesma disse que não
47 haveria tempo hábil para tal. Que ele queria opinião do Comitê, mas que ele deu opinião
48 pessoal, que relatou a ela a dinâmica adotada na época das tratativas sobre mineração de
49 areia no lago Guaíba e que disponibilizou alguns trabalhos aos quais na época tiveram
50 acesso; Convocação para 15ª RO da Câmara Técnica do Guaíba, a ocorrer em 28/03/18:
51 Paulo Germano, que é o representante do Comitê, informou que estará presente e fará
52 relato na próxima RO; e-mail recebido da SE-FRH autorizando cotação de preços em lojas
53 virtuais e respondendo sobre a solicitação de termo aditivo ao Convênio 013/2016,
54 sugerindo utilizar o Procomitês para contratação de profissional para elaboração do Plano de
55 Comunicação e o Apostilamento para remanejamento de valores com vistas à realização das
56 despesas do Plano de trabalho. No mesmo e-mail, informou prorrogação da entrega da
57 prestação de contas do recebimento e execução da segunda parcela até o dia 06/04/18, com
58 possibilidade de entrega até 20/04/2018; Recebimento dos Ofícios de certificação dos
59 quatro trimestres de 2017 da ETE Serraria; e-mail recebido do Sr. Fernando Meirelles,
60 Diretor do DRH e Secretário Executivo do CRH/RS, solicitando todas as atas do Comitê desde
61 sua criação, juntamente com as respectivas listas de presenças, locais e pautas, listagem da
62 composição: entidade, representante, categoria, município de referência desde o início de
63 funcionamento do Comitê até o dia 05/04/18. A Secretária relatou a inviabilidade de realizar
64 este levantamento sozinha no prazo solicitado, uma vez que seu contrato é de apenas
65 20h/sem e estão em pleno processo eleitoral e fechamento da prestação de contas. Solicitou
66 apoio da plenária no atendimento da demanda; Divulgação da participação do Presidente
67 Manuel Salvaterra, no dia 23 de março das 11h às 12h30, da Mesa Redonda do Seminário
68 Desafios do Saneamento para Porto Alegre, em alusão ao Dia Mundial da Água, a convite do
69 Vereador André Carús; Solicitação de espaço para as próximas reuniões: foi solicitado que a
70 plenária vá se manifestando caso tenha interesse em realizar as reuniões junto às suas
71 entidades e informado que o Presidente conversou com o Secretário do Meio Ambiente de

72 Canoas, Paulo Paim, o qual se prontificou a viabilizar as reuniões do processo eleitoral em
73 algum espaço do município de Canoas; Fórum Gaúcho de Comitês – FGC encaminhou
74 solicitação da Câmara Técnica de Águas Superficiais do CRH (CTASP) de manifestação quanto
75 à pertinência ou não dos limites de dispensa de outorga de direito de uso da água nos
76 termos do Art. 7º do Decreto Estadual 52.931/2016. Manifestação esta que deve ser
77 debatida nas plenárias dos comitês, após, encaminhada ao FGC ou mesmo diretamente ao
78 Presidente da CTASP, Sr. Eduardo Condorelli. A Secretária leu as justificativas de falta de
79 Clóvis Zimmer, do SINPASUL, Déri C Rocha e Rita Valer da SMAM, Maurem Kayna da
80 AGEFLOR, Airana Ramalho do DMAE, Eduíno de Mattos da Associação Comunitária 10 de
81 Junho e de Lariane Brites da CORSAN. O Presidente passou para o item **Aprovação da Ata da**
82 **110ª Reunião Ordinária, ocorrida no IFRS/POA em 21/11/17** e a mesma foi aprovada por
83 unanimidade. Na seqüência, tratou da **Deliberação sobre a Resolução nº 230/2017 do CRH,**
84 **que regulamenta os critérios para distribuição das vagas na composição dos Comitês e**
85 **estabelece normas para a habilitação e o exercício da representação.** Recordou que já
86 trataram do assunto em duas reuniões anteriores, que haviam decidido tirar uma vaga da
87 Categoria Drenagem para ceder à categoria que seria incluída, no caso a Comunicação.
88 Também, que tirariam uma vaga da Categoria Legislativos Estadual e Municipal para ceder à
89 Categoria que seria incluída, no caso a Categoria Especial das Comunidades Tradicionais.
90 Ocorre que a redistribuição das vagas ocorreu em grupos distintos, pois Drenagem é Grupo I
91 e Legislativos Estadual e Municipal é Grupo II, o que invalidou a decisão. Que a sugestão da
92 CPA foi manutenção da decisão sobre uma vaga para a Categoria Comunicação vinda da
93 Categoria Legislativos Estadual e Municipal e a vaga para a Categoria Especial das
94 Comunidades Tradicionais vir então, da Categoria Instituições de Ensino, Pesquisa e
95 Extensão, considerando que é uma das Categorias que tem o maior número de vagas e que
96 há cerca de três anos, elas não tem sido totalmente ocupadas. Colocou em aprovação e a
97 Professora Elisabeth Krieger quis saber se as demais Categorias que tem 3 vagas estão com
98 total preenchimento, a Secretária evidenciou a ausência permanente da entidade UFRGS em
99 comparação a algumas faltas das entidades das demais Categorias. A Professora solicitou
100 reavaliação por considerar a importância da participação da UFRGS no Comitê. Ficou
101 decidido que na primeira reunião após a finalização do processo eleitoral o assunto voltará à
102 pauta para deliberação. Rafael Volquind chamou atenção para a semelhança na descrição
103 das Categorias, disse que um possível critério para a decisão a ser tomada seria observar
104 esta questão. Dando prosseguimento, o Presidente chamou os palestrantes Falcade e
105 Rodrigo para a **Palestra sobre Gestão de Resíduos Sólidos do Hospital Moinhos de Vento.** A
106 palestra ocorreu com auxílio de recursos multimídia e houve demonstração de todo sistema
107 de gerenciamento de resíduos sólidos do referido hospital, evidenciando os motivos do
108 destaque que o mesmo vem recebendo na área de meio ambiente. A Plenária parabenizou
109 os palestrantes e o Presidente chamou a representante do DRH, Raiza Schuster para
110 **Apresentação da determinação oficial dos limites Norte da Bacia do Lago Guaíba e Sul da**
111 **Bacia do Baixo Jacuí,** ela apresentou em *power point* um mapa onde constava os limites das
112 25 bacias hidrográficas do RS. Deu um *zoom* na bacia do lago Guaíba a fim de mostrar seus
113 limites, outro *zoom* na área do limite Norte e abriu para os questionamentos. Ivam Zanete
114 perguntou sobre georreferenciamento e Raiza disse que a imagem já estava
115 georreferenciada. Disse que estava tentando abrir o arquivo a extensão *.kmz* ali, porém o
116 software *Google Earth* não estava funcionando. Por conta disso, comprometeu-se
117 disponibilizar o referido arquivo aos interessados. Ilgo Kopplin destacou que as publicações
118 do Plano de Bacia não apresentam aqueles limites apresentados por Raiza. Que nelas, o

119 limite fica na Ilha do Conde e Raiza disse que na elaboração do Plano da bacia do Lago
120 Guaíba a escala não era tão detalhada, que a escala adotada foi 1:50.000, enquanto que
121 aquele mapa que ela estava apresentando foi refeito utilizando escala 1:25.000. Ivam
122 Zanette disse da necessidade de memorial descritivo com as coordenadas dos limites, Raiza
123 disse que é viável. Ivo Lessa chamou atenção para os limites do Parque Delta do Jacuí e da
124 APA do Delta do Jacuí, destacou que pelo Plano de manejo, a atividade de mineração não é
125 permitida ali. Raiza disse que o limite apresentado ainda não foi oficializado pela Fepam,
126 mas que é o que está estabelecido no momento, o Presidente questionou sobre o que
127 demandou o estabelecimento do novo limite e Raiza disse que foi a criação de nova base
128 cartográfica com escala mais detalhada e que talvez por isso, tenha ocorrido a diferença se
129 comparado com o SIG utilizado no Plano da Bacia. Ivam Zanette reiterou a importância de
130 um memorial descritivo, Raiza disse que não haveria problema em gerar um, apenas, que
131 isso resultaria em uma lista extensa de coordenadas, Ivam relatou demanda semelhante,
132 porém sobre o limite Sul, onde a juíza solicitou as coordenadas ao DRH. Raiza destacou que a
133 escala dos limites ali apresentados não é tão detalhada a ponto de possibilitar a gestão de
134 propriedades e sim para subsidiar a gestão estadual. Rafael disse que enquanto Raiza
135 apresentava, notou burburinhos sobre atividade de mineração na área do lago, que para ele
136 não estava claro qual o questionamento que havia sido feito ao DRH, se era para alguma
137 permissão, possibilidade de mineração ou tão somente pela necessidade de conhecimento
138 do limite norte. Também, que não entendia a relação daquela discussão com os limites da
139 APA do Delta do Jacuí, uma vez que eles não terminam dentro do lago. O Presidente disse
140 que era demanda antiga, que se tratava de dúvida recorrente, principalmente do
141 representante Ilgo Kopplin, claro que pensando na atividade de mineração, uma vez que nos
142 documentos do Plano da bacia informam que não existe atividade de mineração no lago
143 Guaíba. Que aguardariam então o envio dos documentos por Raiza. Kathia destacou que se
144 os limites apresentados por Raiza não coincidem com os apresentados no Plano da Bacia,
145 deve existir algum documento que apresente os limites corretos, de forma oficial. O
146 Presidente lembrou que a fase C do Plano de Bacia foi concluída há mais de 6 anos, que
147 naquele momento ocorreu apenas revisão, sem acréscimo de dados primários, que é
148 possível que tenham que atualizar o próprio Plano. Passou para o item da pauta **Discussão**
149 **da Consulta Pública: PROJETO DE LEI DO SENADO nº 495 de 2017: altera a Lei nº 9.433, de**
150 **8 de janeiro de 1997, para introduzir os mercados de água como instrumento destinado a**
151 **promover alocação mais eficiente dos recursos hídricos**, onde a representante Elizabeth
152 Carara disse que solicitou inclusão do assunto na pauta da reunião por considerar de
153 fundamental importância que o Comitê se envolva em discussões como esta. Reiterou que
154 existem cerca de 70 projetos que propõem alteração da Lei 9.433/97, destacou no tangente
155 ao projeto em questão, os pontos mais importantes, os artigos que teriam nova redação e
156 finalizou convidando a plenária a se envolver mais com questões legais, a fim de evitar só
157 ficarem sabendo das alterações quando elas já estiverem implementadas. O Presidente
158 agradeceu a contribuição de Elizabeth, disse que é necessário que todos se envolvam mais
159 com estas questões e que no FGC também estão debatendo esta pauta. A Secretária
160 reiterou o **Cronograma eleitoral para Gestão 2018-2020**, destacou que o prazo para
161 cadastramento das entidades encerra em 30/03/18 e informou novamente os nomes das
162 representantes da Comissão eleitoral, Lariane Brites, Edna Salgado e Kathia Vasconcellos. Em
163 **Assuntos gerais**, o Presidente lembrou que no termo de referência do **Zoneamento**
164 **Ecológico Econômico do RS (ZEE-RS)** havia a demanda de contratação de **estudo**
165 **hidrossedimentológico** do Lago Guaíba, que era grande a expectativa em relação ao

166 resultado deste estudo e que para surpresa de todos, ele já foi entregue com escopo
167 totalmente modificado. Disse que Ivo Lessa participou de reunião onde o estudo foi
168 apresentado a todos os Presidentes das Câmaras Técnicas e que havia então, a necessidade
169 que a plenária apreciasse o documento e se posicionasse a respeito, considerando que não
170 houve apresentação nem consulta aos colegiados. Passou a palavra para Ivo Lessa que
171 utilizou de projeção para mostrar o produto 25, disse que o receberam na semana anterior à
172 da reunião, que o prazo dado aos representantes do CONSEMA, para manifestação era curto
173 e já havia encerrado, mostrou um dos mapas do documento, no qual as informações
174 estavam expostas de forma muito confusa, de difícil compreensão. Sugeriu que fosse
175 marcada reunião extraordinária para deliberarem sobre o assunto e encaminharem o
176 quanto antes solicitação de apresentação técnica. O Presidente ressaltou que na
177 determinação das vulnerabilidades são utilizadas matrizes com pesos, que não está claro
178 quem atribuiu tais pesos. Que nas referências, não citam absolutamente nenhum dos
179 trabalhos encaminhados pelo Comitê na época da deliberação sobre atividade de mineração
180 no lago Guaíba, que o estudo é praticamente cópia do trabalho do Nicolodi, que é
181 importante que o Comitê se posicione. **Encaminhamento:** envio do documento (**produto 25**)
182 a todos para manifestações quanto a sua aceitação, por escrito, a fim de subsidiar pedido
183 que o Presidente fará à Coordenação do ZEE-RS para que ela apresente o estudo ao Comitê
184 do Lago Guaíba. Ilgo Kopplin disse que achava necessário o posicionamento da CORSAN a
185 respeito dos problemas enfrentados na qualidade da água do abastecimento do município
186 de Canoas e o Presidente reiterou o Seminário Desafios do Saneamento para Porto Alegre,
187 em alusão ao Dia Mundial da Água, onde o tema segurança hídrica será abordado.
188 Agradeceu e encerrou a reunião.

 Manuel Salvaterra Presidente	 Paulo César C. Germano Vice-Presidente	 Kelli Nascimento Andrade Secretária Executiva
--	--	---